



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Escrita

Nos últimos anos, o Governo tem introduzido, em diferentes áreas, estudos, análises e investigações por uma terceira parte independente. Acredita-se que a finalidade é, através de um actor alheio e mais objectivo, tornar os resultados mais convincentes. Parece ser, de entre as piores, uma medida menos má, pois o Governo tem tido pouco prestígio e credibilidade. É geral a desconfiança da população no Governo, portanto, os estudos, análises ou investigações efectuadas pelos serviços burocráticos do Governo são inevitavelmente questionados.

Contudo, a divulgação do relatório do estudo sobre a procura de habitação pública acabou por despertar as pessoas, que começaram a duvidar da independência, objectividade e profissionalismo da terceira parte envolvida. Parece que afinal quem manda é aquele que paga, e que os chamados estudos e investigações não deixam de ser malabarismos para fabricar os resultados pretendidos, de forma a atender à intenção daquele que paga. Isto porque o referido relatório evidencia que, para fazer cumprir a política estabelecida de que “a habitação social tem um papel principal e a habitação económica um papel secundário”, os investigadores esticaram infundadamente a procura da habitação social e encolheram forçosamente a da habitação económica, a fim de ir ao encontro das necessidades políticas do Governo. Este tipo de estudos feitos à medida da vontade do financiador não tem o mínimo de objectividade. A miragem resultante da distorção pode desorientar e afectar a elaboração das políticas.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Quando o estudo e a investigação por uma terceira parte se tornaram uma prática recorrente e uma couraça das políticas do Governo, a revisão do regime de contratação de terceiras partes independentes não pode ser uma opção.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A contratação de terceiras partes realiza-se por adjudicação directa, em vez de concurso público. Claro que o Governo se justifica com a alta tecnicidade dos estudos, a falta de entidades prestadoras dos serviços respectivos e a facilidade da adjudicação directa, mas quando esta se tornou uma prática regular, em que, além do mais, a contratação das entidades investigadoras se faz à porta fechada, a população começou a questionar a respectiva forma de selecção. Afinal, quais são os critérios concretos e o processo de selecção que o Governo adopta na escolha destas terceiras partes independentes?
2. Nos concursos públicos para a escolha de terceiras partes, há critérios e o preço é controlado. Porém, quando se opta pela adjudicação directa, o preço pode variar significativamente de caso para caso, uma vez que variam a natureza, a dimensão e os requisitos técnicos dos estudos. Como é que o Governo define o preço nas adjudicações directas?
3. A qualidade da investigação por uma terceira parte independente é crucial. Todos os estudos deste género envolvem políticas importantes, logo a qualidade do respectivo relatório é muito importante. Se os investigadores souberem manipular os resultados, atendendo às indicações explícitas ou implícitas do Governo, ou decifrando a intenção deste, decerto conseguem

2/3



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

sempre chegar às conclusões que o Governo deseja. Porém, isto não tem nada a ver com cientificidade. Afinal, como é que o Governo avalia a qualidade dos estudos? Será que as entidades que conseguem os resultados desejados do Governo são consideradas melhores parceiras e passam a ter prioridade, dada a sua qualidade, nas futuras contratações de terceiras partes independentes?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San

24 de Novembro de 2017

3/3

IE-2017-11-24-Au Kam San (P) LG-APN